

14/07/2022 10:30:25 - AE NEWS

ARTIGO/MARCELO KFOURY MUINHOS: PACOTE FISCAL, CONJUNTURA ECONÔMICA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS



Há uma perplexidade entre os economistas com a aprovação de pacotes fiscais no ano das eleições com caráter claramente populista e demagógico. A pergunta que me intriga é por que deputados e senadores da oposição, principalmente os que apoiam o ex-presidente Lula, não votaram contra o pacote? Aparentemente os contribuintes estão desprotegidos das políticas populistas, tanto de esquerda como de direita. Num contexto de melhoria da situação econômica, o pacote de bondades pode tornar a eleição mais competitiva do que mostram atualmente as pesquisas.

Como argumentou [o economista Bernard Appy em O Estado de S. Paulo na semana passada](#), estamos vivendo um ataque às instituições com fins eleitoreiros. Ficou banal alterar a Constituição. Quando foi promulgada, a ideia era se exigir um quórum qualificado, de 3/5 nas duas casas em duas sessões em cada casa, para efetuar emendas constitucionais. Na situação atual, esse expediente está sendo vulgarizado e a própria lei do teto não mais se constitui em empecilho para aumentar os gastos públicos em pleno ano eleitoral.

A emenda que declara estado de emergência para burlar novamente o teto e aprovar um pacote de gastos de cerca de R\$ 41,3 bilhões passou no Senado com apenas um voto contra, o do senador José

Serra. O mesmo pacote aumenta o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, consumindo R\$ 26 bilhões, e dá um voucher de R\$ 1 mil para caminhoneiros. A PEC foi aprovada na Câmara esta semana.

Os senadores, que apoiam o principal candidato de oposição e líder das pesquisas, votaram em peso no pacote, mesmo sendo claro o objetivo de ajudar o atual presidente. Podem estar confiando, que os recebedores são fiéis ao ex-presidente Lula. Na última pesquisa Genial/Quaest de julho, dos que recebem o Auxílio Brasil, 48% avaliavam o presidente como ruim e péssimo (igual a média nacional), mas o que acham bom/ótimo subiram de 18% para 24% no último mês. Uma hipótese é que esses senadores só se preocupam com a própria reeleição. Mesmo os membros do chamado "Centro Democrático", que foram responsáveis pela aprovação do teto dos gastos no governo Temer, não se preocupam mais em defender a regra fiscal.

A equipe econômica de perfil liberal não mais consegue defender o equilíbrio fiscal. O ministro da Economia abandonou o seu discurso liberal e entrou em modo eleitoral para não contrariar o chefe. O aumento dos impostos e a queda no endividamento por razões circunstanciais fizeram com que os ministros do Centrão e os presidentes das duas casas legislativas promovessem essa farra fiscal. Na verdade, o Orçamento foi totalmente capturado pelo Centrão, que controla as emendas do chamado "orçamento secreto", um expediente mais escandaloso que as famosas pedaladas fiscais do governo Dilma Rousseff, razão indireta do seu impeachment.

O uso populista das contas fiscais, seja de direita ou esquerda, afeta os preços dos ativos e pode assustar os agentes econômicos, que financiam a dívida pública, e não apenas desagrada os banqueiros e gestores de carteira da Faria Lima. Enfraquecer as instituições e regras que regem a dívida pública é tornar mais caro o seu

financiamento num contexto internacional mais desafiador.

[Em artigo recente de minha autoria no Broadcast](#), apresentei um modelo de aprovação positiva dos presidentes, desde 1996, em que as variáveis macroeconômicas relevantes são: inflação de alimentos, emprego e câmbio real onde entram risco Brasil, taxa de juros americanos e preço de commodities. Desdobrando essas variáveis, há chance de melhora na avaliação do presidente.

Em relação à conjuntura econômica, houve uma surpresa no crescimento do primeiro trimestre. Os dados dos serviços e o principalmente a criação de emprego continuam a surpreender ao longo do segundo trimestre e a minha projeção de crescimento é de 0,5%. O desemprego voltou para um dígito pela primeira vez desde 2015, fechando o trimestre terminado em maio de 9,8% com o pessoal ocupado crescendo 10,6 em relação ao mesmo mês do ano passado. As projeções de crescimento do ano estão ao subindo para 2%, mas o carregamento estatístico (carry over) é de 1,4%. O grande risco para o crescimento no 2º semestre vem da conjuntura internacional.

Em relação à inflação, houve uma melhora no preço da gasolina também com origem eleitoral. O Congresso aprovou outra lei que estabeleceu diminuição o ICMS para 17% nos combustíveis e outros preços administrados, imposto esse destinado aos Estados e municípios. Outro alívio na inflação pode vir do preço dos alimentos nos próximos meses. Os índices de preços no atacado do setor agrícola (IPA-DI) de junho foi de -0,62%, devendo mostrar queda dos alimentos no domicílio à frente, já que o repasse do atacado para a inflação de alimentos da ordem de 36% e dura de 1 a 3 meses. Os alimentos no domicílio têm sido os grandes vilões, aumentando 15% nos últimos quatro meses. Há previsão de IPCA negativo em julho com os preços administrados caindo mais de 3% com a redução da gasolina na bomba.

Porém, o que é importante salientar é que o ambiente externo está bem mais hostil. De acordo com a previsão de William Dudley, ex-presidente do Federal Reserve de NY, nunca o Fed conseguiu baixar uma inflação acima de 4% com desemprego abaixo de 4% sem causar recessão. O mercado está precificando com mais de 50% de chance que a recessão virá em 2023, mas cerca de 25% acham que ainda será esse ano, sendo não desprezível o risco de desaceleração da economia brasileira ainda no segundo semestre de 2022, devido à piora dos ativos financeiros.

Com o aumento da precificação da alta de juros nos Estados Unidos, o real se enfraqueceu junto com quase todas as moedas do mundo e voltou para o nível de 5,40, depreciando quase 15% desde o fim de maio. O risco Brasil, medido pela CDS-5 anos, subiu cerca de 30% no mesmo período de 220 para 290. Parte dessa piora é devida ao pacote fiscal, mas é difícil de separar os efeitos internos e externos. Assim, a queda nos preços das commodities e da bolsa brasileira podem estar antecipando a piora da situação internacional.

Resumindo, o emprego e a inflação de alimentos devem melhorar nos próximos meses, mas a situação internacional está piorando. Está prevista alguma melhora na avaliação do presidente atual até as vésperas da eleição, pois a principal preocupação do eleitorado é a situação econômica e a insensibilidade do presidente em melhorar a vida dos mais pobres é seu ponto fraco. A queda do preço da gasolina e o aumento do Auxílio Brasil podem atenuar esse viés negativo.

De qualquer maneira, o presidente atual chega com a menor aprovação e maior rejeição no mês de junho anterior à eleição, com 26% avaliando com bom/ótimo e 47% ruim/péssimo. FHC tinha 31% e 25%, Lula, 38% e 21%, e Dilma, 35% e 26% nos mesmos critérios segundo o Datafolha.

A consultoria Eurasia aponta que o presidente Lula tem 70% de ser reeleito, mas avisou que colocou um viés de baixa nesse porcentual com a aprovação do pacote fiscal e a melhora no emprego e na inflação. Dado os fatores mencionados acima, acredito que uma probabilidade ao redor de 65% de eleição em segundo turno do ex-presidente Lula seja plausível.

Marcelo Kfoury Muinhos é professor da FGV-EESP e consultor econômico. Foi economista-chefe do Citi-Brasil e chefe do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Central.

*Os artigos publicados no **Broadcast** expressam as opiniões e visões de seus autores.*